



Projeto Conexão Local 2008

**EXPERIÊNCIAS COORDENADAS
PELO ESCRITÓRIO ZONAL DO
UNICEF**

Alunos

Gabriela Costa Itaboray Chagas
Jacqueline Yumi Komura

Tutor

Cibele Franzese

Sumário

Apresentação	3
1) O UNICEF e a Amazônia Legal	3
2) O Território e as Ações Pesquisadas	5
2.1) Estado do Pará: a visão do governo estadual.....	5
2.2) Município de Ananindeua: as ações sócioassistenciais e o Conselho de Direitos.....	6
2.3) Município de Belém: atuando na complexidade, sem esquecer a prevenção	7
2.4) Município de Capanema: atores governamentais e da sociedade civil organizada em prol da Agenda	9
2.5) Município de Limoeiro do Ajuru: convivendo com o rio.....	10
2.6) Município de Santarém: o foco na Educação e a realidade ribeirinha	12
3) As Crianças, Adolescentes e seus Direitos.....	15
3.1) Saúde Ambiental: as diversas faces da água, o saneamento básico e as condições de saúde.....	15
3.2) Um retrato do desenvolvimento: O Bolsa-Família, dificuldades no acesso e avanços na Educação.....	17
4) Considerações finais	19

Apresentação

O presente relatório foi elaborado no estado do Pará, a fim de estudar ações do escritório do UNICEF de Belém, principalmente o projeto Agenda Criança Amazônia. Com esse projeto, o principal objetivo do UNICEF é sensibilizar os municípios sobre a importância de se mobilizarem de forma a assegurar prioridade à criança e ao adolescente nas políticas públicas. A fim de obter informações acerca da atuação da Agenda, foram visitadas 5 cidades do estado - Ananindeua, Belém, Capanema, Limoeiro do Ajuru e Santarém - cada qual com características e dificuldades específicas, escolhidas de forma a possibilitar o conhecimento de diferentes realidades. Em cada uma dessas cidades pode-se observar uma área de política pública diferente, com impacto na infância e na juventude¹. Durante a primeira semana foram visitadas 3 cidades, Ananindeua (dois dias), Belém (dois dias) e Capanema (dois dias), estudando, sobretudo, a área da assistência social. Na segunda semana o enfoque foi dado à área da saúde e a pesquisa centrou-se no município de Limoeiro do Ajuru (quatro dias). Por último, durante a terceira semana, foram observados projetos relacionados à educação no município de Santarém (cinco dias). Inicialmente, o relatório traz uma pequena introdução, abordando a situação atual da Amazônia, com base em alguns indicadores socioeconômicos e qual tem sido o papel do UNICEF em relação a essa região, assim como seus objetivos e parcerias, sobretudo em relação à Agenda Criança Amazônia. Em seguida, serão descritas as informações coletadas durante a visita de campo, organizadas por município, na ordem em que foram pesquisados. A opção por um enfoque territorial se deve, não só pela seqüência em que foi realizada a pesquisa, mas, principalmente, porque a organização da Agenda Criança Amazônia se dá por município, adotando a cidade como espaço de articulação a ser promovido. Nesse sentido, a segunda parte do relatório apresenta um panorama de algumas das ações em curso, em cada localidade, com impacto na qualidade de vida da criança e adolescente.

Após isso, a terceira parte procura tratar, de maneira geral, das condições de vida da criança e do adolescente nessas cidades a partir de um panorama organizado por direitos – e não mais por município. Agruparam-se os direitos em duas grandes seções – desenvolvimento e saúde ambiental – procurando abordar os pontos que se apresentaram com maior evidência durante a visita de campo². Por último, nas considerações finais, serão apontados alguns impactos da Agenda Criança Amazônia e seus principais desafios.

1) O UNICEF e a Amazônia Legal

A discussão sobre o destino da Região Amazônica é hoje um assunto que chama atenção não só de todo o Brasil, mas de pessoas de diversos países, tornado-se uma questão mundial. Uma das principais áreas de preservação de floresta tropical no planeta, a Floresta Amazônica contém ainda o Rio Amazonas, o maior rio do mundo em volume d'água. A preocupação com esta região vem se acentuando cada vez mais, devido ao crescimento da área desmatada e, principalmente, após as alterações climáticas ocorridas nas últimas décadas com o aquecimento global, levando o planeta a se preocupar com uma nova questão: a iminente falta de água doce. Como forma do Brasil responder às expectativas mundiais, foram assinados dois pactos internacionais, estabelecidos pela ONU. Um deles consiste nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), pelo qual os 191 países membros comprometeram-se a, até 2015, erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico fundamental; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento³.

¹ A escolha das áreas a serem priorizadas foi feita pela Agência UNAMA e pelo articulador de cada município. Apenas em Limoeiro do Ajuru a opção pela área da saúde foi negociada pelas pesquisadoras em campo. O que se observa, no conjunto, é que predomina a imagem de que “criança e adolescente” são, predominantemente, assunto a ser tratado pela área de Assistência Social.

² Com essas duas seções - desenvolvimento e saúde ambiental - não se pretende abranger todos os direitos da criança e do adolescente. Esta terceira parte apenas apresenta o resultado de um esforço de agrupamento a partir dos fatores que se mostraram mais críticos na fala dos diferentes entrevistados e na observação de campo das pesquisadoras.

³ Informações retiradas do site da ODM <<http://www.odmbrasil.org.br>> , acesso em 15/08/08

O outro pacto visa garantir os direitos humanos, sobretudo em relação às crianças e adolescentes, comprometendo-se a desenvolver “Um mundo para as Crianças”, uma das prioridades mundiais, construído nos princípios da democracia, da igualdade, da não-discriminação, da paz e da justiça social.

A fim de auxiliar o país no cumprimento dessas metas, o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância) desenvolveu, dentre outros programas, a Agenda Criança Amazônia. Seu principal objetivo é fazer com que as políticas públicas dêem prioridade absoluta às crianças e adolescentes da Amazônia Legal Brasileira, para que elas “sobrevivam e se desenvolvam, aprendam, sejam protegidos contra o HIV/AIDS e malária e cresçam sem violência”⁴. A Agenda Criança Amazônia encontra-se em processo de construção e sua atuação abrange os estados do Pará, Maranhão e Amazonas. Entretanto, este relatório irá tratar especificamente da situação do programa no estado do Pará, onde foi realizada a visita de campo.

Atualmente a Agenda é o maior programa do escritório de Belém do UNICEF e, portanto, sua prioridade. Para esta fase inicial foram convidados 33 municípios com características distintas, dentre os quais 25 aceitaram participar. A idéia principal é de que essa amostra possibilite obter um panorama geral da realidade do estado.

O UNICEF não direciona as práticas dos municípios, isto é, as ações ficam sob responsabilidade do articulador, que é indicado pelo prefeito de cada município, no momento em que ele aceita tornar-se participante. A função do UNICEF é apoiar e orientar os municípios, ficando a cargo do articulador promover a mobilização necessária ao cumprimento das metas estabelecidas. Nesse sentido, é interesse do município indicar um bom articulador, que seja ativo e voltado ao propósito do programa, tendo em vista que a própria cidade será beneficiada com a melhoria das condições de vida de sua população, sobretudo de suas crianças e adolescentes.

Em dezembro de 2007 foi realizada a primeira reunião com os articuladores dos 25 municípios. Na ocasião foi explicado sobre o programa, seus propósitos e o papel esperado de cada um dos articuladores. Segundo informações do UNICEF, além da reunião citada, foram realizadas visitas a cada um desses locais, momento no qual foram apresentados os principais indicadores sociais de cada cidade, com o objetivo de estimular o grupo de trabalho a formular planos de ação para seu município.

A meta do UNICEF é que, até 2009, o programa inclua os 143 municípios do estado do Pará e envolva os 750 municípios que formam a Amazônia Legal Brasileira. Nesta fase pretende-se oferecer uma premiação/certificação às cidades que alcançarem as metas com as quais se comprometeram ao assinar o compromisso de participação da Agenda. O objetivo dessa premiação é incentivar os municípios a trabalharem na melhoria dos índices relacionados às crianças e adolescentes, garantindo seus direitos.

O principal responsável pela articulação e divulgação da Agenda no Pará é a Agência Unama, um projeto de extensão da Universidade da Amazônia em parceria com o UNICEF e o FIDESA (Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia) que conta com alunos bolsistas, estagiários e voluntários dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas. Em relação à articulação da Agenda, a Agência é responsável, por exemplo, pela realização das capacitações dos articuladores, por visitar cada uma das cidades e acompanhar o andamento da Agenda - ou seja, faz a efetiva ligação entre os municípios e o UNICEF. Além disso, a Agência realiza outras atividades relacionadas à comunicação pelos direitos da criança e do adolescente, tais como a produção de matérias semanais para os principais jornais da região (O liberal; O diário do Pará e Amazônia) e de informativos on-line com um resumo das principais notícias sobre a criança e adolescente, enviados semanalmente a órgãos governamentais e cerca de 400 ONGs.

⁴ Informação retirada de material de divulgação elaborado pelo UNICEF (2007).

2) O Território e as Ações Pesquisadas

2.1) Estado do Pará: a visão do governo estadual

Com uma das maiores extensões territoriais do Brasil, cerca de 1,2 milhões de Km², o estado do Pará é composto por inúmeras peculiaridades, tais como o clima quente e úmido, típico da Amazônia, e sua infinidade de rios que banham a maioria dos municípios e exercem forte influência no modo de vida de seus habitantes - por exemplo, nos meios de transporte da região, realizado, essencialmente, por avião ou barco. Apesar de sua extensa territorialidade, o estado apresenta uma baixa densidade demográfica se comparado à média do Brasil, aproximadamente 6 hab/km² contra 22 hab/km² no país, distribuídos em seus 143 municípios (IBGE, 2007).

Foram realizadas reuniões com representantes de duas das 22 secretarias estaduais do Governo do Estado: a SEGOV (Secretaria de Estado de Governo) e a SEDES (Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social). Na primeira, foram entrevistados representantes de uma das 6 câmaras da SEGOV, a Câmara de Políticas Sociais, responsável por acompanhar, monitorar e apoiar as áreas da saúde, assistência social e trabalho. Em relação à SEDES, foi entrevistada a recém-empossada Secretária de Estado.

A SEGOV foi criada há cerca de um ano, após a elaboração de uma nova forma de gestão, composta de câmaras, no lugar das secretarias especiais. Encontra-se dividida em 6 câmaras de políticas setoriais e sua preocupação volta-se para integração das políticas públicas por meio dessas câmaras e da coordenação e integração das diversas secretarias e órgãos do governo estadual. Um dos programas iniciados no primeiro semestre de 2008 é o “Pará, Terra de Direitos”. Por se tratar de um projeto piloto, a princípio serão atendidos 39 municípios, que contém cerca de 65% da população. A principal meta do programa é articular diversos órgãos estaduais para execução imediata de ações emergenciais que estavam orçadas para serem executadas apenas em 2011.

De acordo com a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, o Pará encontra-se 10 anos atrasado em relação aos outros estados, tendo em vista as dificuldades de acesso vigentes nesse território. Entretanto, desde a Constituição de 1988 vem ocorrendo uma série de mudanças, principalmente em relação à garantia de direitos.

Desde então, ainda segundo a Secretária, as estratégias da assistência social têm sido formuladas, porém resta ainda o desafio de conseguir colocá-las em prática. Dentre as mudanças ocorridas, a assistência social pretende agora trabalhar toda a família e não mais o indivíduo isoladamente, por exemplo, a criança, a mulher ou o idoso. “Os governos devem procurar uma política de integração e não de exclusão”, afirmou a secretária.

Para exemplificar essa integração, foi citado o caso dos adolescentes infratores que se encontram isolados em unidades de internação e que, de acordo com essas novas estratégias, deverão passar a frequentar as mesmas escolas e hospitais que os outros adolescentes, além de outros locais públicos que possam ajudá-los na reinserção à sociedade, cuidando para que não sejam “institucionalizados”.

Foi visitada uma das unidades de internação - o Espaço Crescer e Viver, localizado em Belém e sob responsabilidade da FUNCAP (Fundação da Criança e do Adolescente do Pará). O local assemelha-se a um presídio comum, onde os internos ficam detidos em locais semelhantes a celas.

Uma funcionária mencionou que um dos problemas que a FUNCAP vem enfrentando é a oposição da sociedade em relação à localização da unidade. Por estar situada ao lado de escolas, residências e estabelecimentos comerciais, a população afirma sentir-se vulnerável às fugas de internos. Durante a visita pudemos presenciar uma aula de grafiteagem.

A aula faz parte de uma série de cursos oferecidos pela Fundação Curro Velho, instituição de direito público vinculada à Secretaria Especial de Promoção Social. Além disso, segundo os responsáveis da FUNCAP, os adolescentes possuem também atendimento psicológico, social e na área da educação, havendo a possibilidade de concluírem o ensino fundamental e médio através da Educação de Jovens e Adultos.

Outro exemplo mencionado é a questão das crianças abandonadas pelos pais. Essas crianças são encaminhadas aos abrigos e acabam isoladas naquele local, recebendo alimentação, atendimento médico, educação, e outros atendimentos básicos. Como alternativa para mudar essa forma de assistência foi criado recentemente o programa Família Acolhedora, por meio do qual as crianças receberão um lar provisoriamente e não perderão as referências familiares, sem que seja necessário recorrer ao abrigo.

2.2) Município de Ananindeua: as ações sócioassistenciais e o Conselho de Direitos

O município de Ananindeua, vizinho da capital Belém, é o segundo maior do estado do Pará em termos de população, com estimativa de 484.278 habitantes em 2007⁵, sendo que, de acordo com a Secretária de Assistência Social, 43% desta população encontra-se na faixa de zero a 18 anos. É ainda caracterizada por invasões territoriais ao longo do seu espaço geográfico. A pesquisa sobre a implementação da Agenda em Ananindeua centrou-se nas ações voltadas para a Assistência Social. Conheceu-se então a estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Governo Federal em parceria com os estados e municípios. O sistema visa, entre outras coisas, a padronização dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, eventuais ou contínuos, a fim de que eles se tornem de caráter universal. Como explicado pela Secretária de Assistência Social do Município, a lógica dessas ações é dividida em dois níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, este último dividido ainda em média e alta complexidade. A Proteção Social Básica trabalha com a prevenção de situações de risco.

Como instrumento dessa política tem-se o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) - uma unidade de atendimento localizada, normalmente, em lugares de maior vulnerabilidade social. Em uma das unidades de Ananindeua pode-se acompanhar o trabalho de prevenção realizado por meio da oferta de um espaço social para a comunidade fazer uso com atividades de instrução e educação voltadas para a família, palestras, atividades de descontração (aulas de dança, música, caminhada, hidroginástica e jogos de salão), além de atualização de informações no cadastro do programa Bolsa Família.

Por meio de conversas com os funcionários da unidade foi possível identificar os principais problemas sociais da comunidade, quais sejam, violência em relação à criança, trabalho infantil e abuso sexual infantil. Nestes casos o CRAS tem a função de dar um primeiro acolhimento à família e encaminhá-la a um serviço ou programa oferecido, dentre estes o Bolsa Família, PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Pró-Jovem, BPC (Benefício de Prestação Continuada- destinado a idosos e deficientes incapacitados para o trabalho).

Foi enfatizada pela Secretária a necessidade do CRAS ser um centro de referência para a família e não somente para alguns grupos como crianças, mulheres ou idosos. Essa preocupação reforça o entendimento do governo estadual de que não adianta elaborar diversos programas de atividades extra-curriculares a fim de afastar a criança de um possível problema, é necessário um atendimento integral. Um exemplo citado pelo estagiário da Agência UNAMA ilustra bem essa visão: “não adianta deixar a criança o dia inteiro jogando bola no projeto social se ela volta pra casa e a realidade em que aquela criança está inserida não muda”.

⁵ Fonte: IBGE (2007).

Já em relação à Proteção Social Especial, temos a divisão entre a média e a alta complexidade. A média complexidade é relacionada a famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. A alta complexidade, por sua vez, corresponde a abrigos para crianças e adolescentes sem referências familiares e, por isso, retiradas do convívio habitual. Os casos de média complexidade são tratados nos CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social). Nestes há a prestação de atendimentos sócioassistenciais, como, por exemplo o cumprimento as medidas sócio-educativas por jovens infratores com prestação de serviços à sociedade - com a preocupação de mudança de perspectiva do jovem e de construção de um novo projeto de vida para ele. No município de Ananindeua há 127 jovens inseridos nesse programa. Esses jovens e suas famílias são atendidos por 6 meses – há atendimentos individuais a cada 15 dias e encontros mensais com os pais (nos quais relatou-se baixa participação).

No CREAS, há também o SOAP - Serviço de Orientação e Atendimento Psicossocial, destinado às pessoas vítimas de violência. O Programa realiza um trabalho articulado com órgãos governamentais e da sociedade civil como os Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (CONDAC)⁶ e Ministério Público, recebendo e encaminhando casos a essas organizações. Entretanto, o diagnóstico dos funcionários é que a integração entre os órgãos ainda está aquém do desejado, evidenciando a importância da articulação proposta pelo UNICEF com a Agenda, para que seja efetiva a proteção de direitos da criança e do adolescente. As ações da Proteção Social Especial de alta complexidade traduzem-se em serviços que garantem a proteção integral aos indivíduos que, por algum motivo, precisaram ser retirados do convívio familiar. Em Ananindeua, visitamos um abrigo no próprio CREAS e encontramos as jovens abrigadas, em horário de descanso após o almoço, trancadas no quarto. A responsável disse não serem as condições ideais que gostariam de proporcionar às internas, entretanto, por ser período de férias e faltar monitores, era necessário trancá-las nos quartos⁷.

Foi nos apresentado, também, o programa, em parceria com o Governo Federal, chamado “Família Acolhedora”. Conforme também mencionado pela Secretaria estadual e já relatado acima, o programa que consiste em retirar a criança do convívio familiar de origem e deixá-la no convívio de uma família estruturada, por um período de 06 a 18 meses, para que ela não perca as referências de convivência familiar e social – o que normalmente acontece em um abrigo. A família original, a família acolhedora e a criança recebem acompanhamento de profissionais como psicólogos, assistentes sociais e pedagogos e a família acolhedora recebe, ainda, uma bolsa auxílio de R\$180,00⁸. Em Ananindeua apenas 7 famílias se dispuseram a participar do programa, mas somente 3 foram habilitadas a serem efetivamente credenciadas – número bastante distante da meta inicial de 30 famílias.

2.3) Município de Belém: atuando na complexidade, sem esquecer a prevenção

Capital do estado do Pará, Belém é a cidade mais populosa da região norte e, ao lado dos municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará, compõem a décima região metropolitana do Brasil, com pouco mais de 2 milhões de habitantes. A cidade possui um IDH de 0,806, um dos melhores da Região Norte, e uma renda per capita de R\$ 313,93 (IBGE, 2000). Entretanto, de acordo com o ‘Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008’, Belém é a cidade paraense de maior destaque na lista dos 200 mais violentos⁹. No município de Belém foi visitado o Projeto Tribos Urbanas, de responsabilidade da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), e a Secretaria Municipal de Educação, onde foi possível conhecer projetos como a Escola da Pesca e a Eco-Escola. Além disso, foi visitado CRAS da Pedreira.

⁶ No que se refere ao CONDAC, em conversa com a secretária de assistência social, relatou-se falta de dinamismo e de resultados. O panorama geral dos CONDACS visitados nos diversos municípios do estado é que os Conselhos não têm participação muito ativa (situação mencionada em Belém, Capanema e Limoeiro do Ajuru). As entidades, em primeiro momento, disputam para fazer parte de Conselho, entretanto, depois de eleitos não costumam comparecer nas reuniões. Ausência de comprometimento também se verificou nos representantes governamentais.

⁷ A situação na qual se encontravam as jovens transmitia a idéia de que eram prisioneiras, em vez de protegidas.

⁸ Existe um patrocínio da Petrobrás para a realização deste programa.

⁹ Dados publicados no jornal “O Liberal” em 30/01/2008.

Em Belém, a política na área de assistência social também está organizada pelo modelo do SUAS, com a mesma estrutura relatada no município de Ananindeua. O município conta com 11 unidades de CRAS. A unidade visitada abrange 6 bairros, realiza acolhimento às famílias e oferece informações sobre os serviços realizados no local. Após essa primeira triagem as pessoas passam pelo atendimento psicossocial, onde será verificada, individualmente, qual a necessidade de cada família. Uma terceira etapa são os grupos de discussão, onde um profissional irá conversar com um grupo de pessoas e discutir alguns temas básicos, como higiene, educação, saúde, problemas sociais, entre outros¹⁰. Além desse trabalho, o CRAS oferece diversos atendimentos, tais como as oficinas às crianças, com aulas de origami, muriti, fuxico, desenho, teatro, jogos e brincadeiras, dança e capoeira; o atendimento aos jovens beneficiados pelo Pró-Jovem¹¹.

Em relação à Média Complexidade, Belém possui, entre outros, o Projeto Tribos Urbanas, cujo principal objetivo é desenvolver um trabalho sócioeducativo com jovens de 16 a 25 anos que se encontram envolvidos em gangues. De acordo com os coordenadores, o projeto possui o papel de uma terceira escola, suprimindo as duas outras: família e a escola comum. A idéia é construir um projeto de vida de longo prazo e junto com a família, orientando o jovem para que ele se perceba como um sujeito de direitos e oferecendo cursos profissionalizantes para auxiliar sua inserção no mercado de trabalho. Iniciado em 2005, o projeto já revela resultados positivos. “Eu não sabia o que era a palavra respeito. Não sabia também bom dia, com licença, obrigado...”, afirmou um dos jovens atendidos pelo projeto, referindo-se ao seu cotidiano antes do Tribos Urbanas. Outro órgão que contribui para assegurar os direitos da criança e do adolescente em Belém é a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC). Algumas das ações da Secretaria são o Programa de reforma das escolas, a Escola Bosque, a Escola da Pesca e a Eco escola. A Escola Bosque foi criada em 1995 e localiza-se num bosque preservado pela própria comunidade, oferecendo desde a educação infantil até o ensino médio/ técnico. A escola oferece um ensino diferenciado e trabalha com a valorização do ecoturismo, da fauna e da flora.

Diferentemente, a Escola da Pesca foi recém inaugurada e busca atender filhos de pescadores, com idade entre 15 e 24 anos e que não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola. Isso acontece porque os jovens, no intuito de colaborar com a renda familiar, faltam às aulas durante um longo período, para se dedicarem às atividades pesqueiras. A escola possui parcerias com a Capitania dos Portos, a UFRA (Universidade Federal do Pará), a Marinha, o Sindicato da Indústria da Pesca, entre outros, que fornecem cursos profissionalizantes e certificação aos alunos. Além disso, a Escola possui um sistema de ensino específico para atender esses jovens. Os alunos vão para escola e permanecem durante 15 dias, recebendo alimentação e abrigo. Durante os outros 15 dias do mês, eles retornam às suas casas a fim de ajudar a família na pesca. Nessa ocasião os professores e outros representantes visitam as casas dos alunos e fazem um acompanhamento mais próximo de cada família. O principal objetivo da Escola da Pesca é, não apenas alfabetizar, mas oferecer a esses jovens a possibilidade de obterem uma formação profissional e aumentarem sua renda, dentro da sua própria comunidade.

Por último, a Eco Escola foi criada com o intuito de trabalhar a educação infantil utilizando como suporte a literatura da região, ou seja, os mitos e as lendas da Amazônia. Atualmente existem apenas duas unidades, mas a meta é a construção de mais 6 escolas. Um dos diferenciais da escola é o fato de primeiro ter sido pensado o projeto pedagógico, para só depois realizar a construção do prédio. Além disso, as salas de aula são temáticas, abordando lendas como a do curupira, do boto e da iara, o que facilita o aprendizado das crianças.

¹⁰ Existem 3 grupos de discussão. O primeiro deles é o Grupo de Família, onde são realizadas palestras abertas com até 50 pessoas, com ênfase sócio-educativa. O segundo grupo é um pouco mais restrito, atendendo de 15 a 20 pessoas. Trata-se do Grupo de Convivência Familiar que discute temáticas do tipo: “Eu tenho esse problema em casa. Como vou superar isso?”, sempre com o respaldo de professores e psicólogos. Por último, existe o Grupo de Desenvolvimento Familiar. Nesse grupo são realizadas discussões com um número menor de pessoas, possibilitando às famílias refletirem todas as questões levantadas nas outras palestras e reuniões.

¹¹ Programa do governo federal que teve início em 2005 como uma extensão do bolsa família. Tem como objetivo elevar a escolaridade e garantir a qualificação profissional de jovens de 18 à 25 anos que vivem em situação de vulnerabilidade social, oferecendo um auxílio de R\$ 100,00.

2.4) Município de Capanema: atores governamentais e da sociedade civil organizada em prol da Agenda

O município de Capanema localiza-se a 160 km da capital Belém, tem 61.350 habitantes¹² e é participante ativo da Agenda Criança Amazônia, gerenciada por um fórum composto por organizações governamentais e não governamentais - o Fórum Permanente da Agenda Criança Amazônia¹³ - organizado pela articuladora do município. Em Capanema o enfoque foi nas áreas de Educação e Assistência Social, com o objetivo de entender como o município está se mobilizando a fim de melhorar a qualidade de vida da criança e do adolescente.

Um dos programas pesquisados é o programa “Família Feliz”, que envolve o trabalho articulado entre a Secretaria Municipal de Educação - que cede o espaço para a realização do programa - e da Secretaria de assistência social, responsável pela promoção de atividades de recreação e de esporte às famílias da comunidade local. O Família Feliz foi elaborado há aproximadamente dois anos, com foco no reforço escolar e na garantia da alimentação das crianças e ocorre dentro do espaço do CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança)¹⁴. Nesse mesmo espaço são realizadas atividades do Pró-Jovem; do Programa “Geração de Renda” - que oferece cursos bijuteria, artesanato, pintura, crochê e oficina de costura às mães dos alunos, incentivando-as a desenvolverem seu próprio negócio; além do curso de padarias artesanais, no qual as mulheres aprendem a produzir pães e biscoitos fim contribuir para o aumento da renda familiar. Este projeto resultou na formação de uma Associação, cuja produção é hoje vendida à Prefeitura para a merenda de várias escolas e projetos municipais. O PETI, destinado ao combate do trabalho infantil, possui três unidades no município, sendo duas na zona rural e uma na zona urbana. No programa, são realizados reforços escolares nas disciplinas língua portuguesa e matemática, além de atividades extra-curriculares como karatê, capoeira, futebol e dança. Ainda no espaço do CAIC é desenvolvido o PROECTA, um programa profissionalizante destinado a jovens acima de 16 anos que visa a formação para um primeiro emprego. São oferecidos cursos de eletricitista, atendente de telemarketing, assistente administrativo e computação.

Destacou-se em Capanema, a visita a uma escola municipal recém entregue à comunidade. Trata-se de uma unidade bastante diferenciada em sua estrutura: paredes coloridas, tapetes de EVA por toda sala, sala de aulas equipadas com computadores novos, televisões de tela plana, além de mesas e cadeiras novas e coloridas. Segundo a diretora da escola foram investidos R\$500 mil somente naquela unidade. O bairro onde a escola está é um dos mais pobres do município e a escola contrastava com o entorno formado por casas de alvenaria sem acabamento e casas de taipa. Em razão do alto custo, esta era, por enquanto, a única unidade construída.

Quanto a ações de organizações não governamentais pode-se mencionar o Projeto Futuro do Amanhã e a Pastoral da Criança. O primeiro tem suas ações realizadas dentro de um espaço cedido pela Igreja Católica e oferece aulas de reforço escolar e recreação a cerca de 280 crianças e adolescentes entre 3 e 18 anos. Entretanto, de acordo com as responsáveis pelo projeto, a realidade da comunidade local faz com que as crianças participem do projeto não pelas aulas e pela recreação, mas sim pela refeição que recebem. Na ocasião da visita o projeto estava enfrentando dificuldades financeiras, já que a Prefeitura havia deixado de repassar recursos. Esta era responsável, entre outros, pelo fornecimento da merenda e há três meses não cumpria com sua parte. O resultado disso é que as crianças estavam sem alimentação. Como alternativa para as dificuldades financeiras, são organizadas festas, que arrecadam dinheiro para associação com venda de comida e bebidas. Nestes eventos as crianças e jovens se organizam para fazer apresentações de dança, com a ajuda de monitores, jovens e colaboradores na elaboração das roupas para apresentação.

¹² Fonte: IBGE (2007).

¹³ Informação transmitida pela Danila, da Agência UNAMA. Não tivemos oportunidade de encontrar pessoalmente com a articuladora do município para verificar o andamento desta ação.

¹⁴ http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_363.pdf

Já a Pastoral da Criança, entidade mantida pela Igreja Católica, realiza a Celebração da vida - procedimento no qual as crianças são pesadas pelos agentes da Pastoral e depois é oferecido um lanche, como forma de confraternização para as famílias que comparecem. A Pastoral conta com a ajuda de 10 líderes comunitários, sendo cada um responsável por 22¹⁵ famílias cadastradas, a quem realizam visitas mensais. Ao todo são 136 crianças beneficiadas pelo serviço. A Pastoral ainda realiza um projeto chamado “Brinquedos e Brincadeiras” que consiste num espaço das instalações da entidade destinado a receber as crianças para que elas tenham lugar para brincar. Quatro voluntários trabalham como monitores e cuidam das 100 crianças atendidas. Sobre a fonte de renda dos Projetos da pastoral, mencionaram-se as doações – como do Fórum, por exemplo - que doa cestas básicas provenientes de condenações processuais; e venda de remédios caseiros produzidos por uma freira que coordena o projeto. A Pastoral faz parte de um conselho que a agente não soube dizer qual. Percebe-se então a falta de participação e envolvimento da entidade nesse conselho. Provavelmente, trata-se do Conselho de Direitos¹⁶, que, tal qual como nas outras cidades visitadas, enfrenta grandes desafios quanto ao envolvimento e à participação ativa das entidades governamentais e não-governamentais.

2.5) Município de Limoeiro do Ajuru: convivendo com o rio

Limoeiro do Ajuru¹⁷ está localizado na região da Ilha do Marajó tendo pertencido a Cametá até dezembro de 1961, quando foi emancipado. Possui uma população de 23.284 habitantes, dentro de um território de 1.490 Km² (IBGE,2007), onde, de acordo com informações coletadas na pesquisa de campo, menos de 20% vive na área urbana. A maioria da população encontra-se na zona rural, ou seja, vive a beira dos rios. É uma cidade com inúmeras peculiaridades, o principal meio de locomoção na área urbana é a bicicleta e para se deslocar até a área rural são utilizados barcos, desde simples cascos (barcos a remo) até barcos maiores e motorizados.

Segundo dados do IBGE, a renda per capita em 2000 foi de R\$64,41 o que se refletiu no seu IDH, que na época foi bastante baixo, com um índice de 0,642. A cidade não possui indústrias ou empresas que possam gerar empregos no local. São poucas as alternativas de renda na cidade e o principal empregador é a Prefeitura. Durante o período de pesquisa em Limoeiro participamos de reuniões com representantes de alguns órgãos públicos e conhecemos um pouco de uma realidade tão diferente do sul do país, tais como alguns dos desafios de se morar a beira do rio e ter que sobreviver, sobretudo, da pesca e da extração de açaí.

As principais reuniões foram com o Secretário Municipal da Saúde, a Pastoral da Criança, os Agentes Comunitários de Saúde e os Coordenadores dos Postos de Saúde da Área Rural. Além disso, visitamos o hospital municipal, duas unidades do Programa Saúde da Família (PSF), a COSANPA (Cia de Saneamento do Pará), o bairro da Açailândia e algumas casas da população ribeirinha¹⁸.

No município, o foco principal da pesquisa foi a área da saúde. Em reunião com o Secretário de Saúde foi possível obter um panorama do local, infraestrutura, projetos e campanhas realizadas. A cidade conta com um hospital, que atende também municípios vizinhos, como Cametá e Oeiras. A quantidade de médicos no hospital varia de um a três profissionais (ginecologista, clínico geral e pediatra), que se revezam e permanecem na cidade por um período (de 10 a 20 dias) e, em intervalos pequenos, retornam a suas residências em outras cidades.

¹⁵ Todos os dados foram fornecidos pela agente da Pastoral que nos recebeu nas instalações da Instituição

¹⁶ Foi possível conferir no município a ação do Conselho Tutelar. Em conversa com os conselheiros pode-se compreender o papel da equipe e as diferenças entre o Conselho Tutelar e o Conselho de Direitos. Este último deve fiscalizar a ação do Conselho Tutelar cuja função é fiscalizar todas as denúncias, apurar e encaminhar todos os casos e zelar sempre pela segurança e o bem-estar das crianças. Os conselheiros tutelares são eleitos por meio da população que tem o direito e o dever de eleger a chapa que considerar mais preparada.

¹⁷ O principal meio de locomoção até o município é o barco. A cidade encontra-se a, aproximadamente, 10h de Belém.

¹⁸ A maioria dos equipamentos públicos fica na área urbana. A população ribeirinha à qual nos referimos pertence a diferentes comunidades, cujo acesso só se dá por barco.

Além do hospital, utilizado para os casos mais graves, a população conta com dois PSF na cidade e mais 10 no interior. O PSF funciona como uma espécie de posto de saúde e atende os problemas de saúde mais simples, como a realização de consultas médicas e campanhas de vacinação. Em cada um dos PSF da cidade há 1 médico, 1 enfermeiro e 1 assistente de enfermagem, mas, assim como no hospital, a frequência desses profissionais varia: durante um período eles estão na cidade e depois retornam às suas casas, geralmente em outro município. O município todo conta com 3 enfermeiros, um em cada PSF e um no hospital.

Complementando a questão da saúde, destaca-se uma ação da Secretaria em relação à campanha nacional de vacinação contra rubéola. A meta estabelecida foi de vacinar 7 mil pessoas, tanto na cidade quanto na área rural. Para alcançar esse objetivo, a Secretaria realizou a chamada Operação Veraneio. Reuniram-se os ACSs a fim de explicar-lhes os objetivos da Operação Veraneio e como a Campanha de Vacinação seria posta em prática. Os agentes receberam cartilhas, elaboradas para serem distribuídas à população, contendo informações a respeito de DST e câncer de pele. A pretensão da Secretaria de Saúde era divulgar a Campanha de Vacinação e aproveitar para esclarecer informações a respeito de algumas doenças que possam afetar a população local¹⁹.

Um dos principais atores na cidade, no que se refere à saúde, é o Agente Comunitário de Saúde (ACS). Os agentes são o centro da comunidade e resolvem os mais diversos problemas. De acordo com um deles, “Os agentes de saúde tem vários papéis na comunidade: padre, juiz, médico, curandeiro, parteira...tem que correr atrás de tudo”. São responsáveis por fazer um trabalho de prevenção, ensinando noções de saúde e higiene e conscientizando a população da importância de não jogar lixo no rio. Ou seja, o ACS trata de questões relacionadas à água, lixo e meio ambiente, mas também faz coleta de sangue, trata de tuberculose, realiza pré-natal e parto, funcionando como uma espécie de elo entre a comunidade e o posto de saúde.

A cidade conta com 57 agentes na zona rural que trabalham durante os 30 dias do mês. Uma vez por mês esses agentes devem prestar contas ao governo do que acontece em sua localidade. Para isso, eles vão até a cidade e participam de uma reunião onde devem entregar um relatório com a descrição das visitas realizadas e das doenças detectadas, e receber os materiais²⁰ solicitados na reunião anterior. Nesse dia, o agente aproveita para receber seu salário - de R\$ 405,00 - já que a maioria deles mora distante e enfrenta dificuldades para se deslocar até a cidade. Porém, relatou-se que não são raras as vezes em que precisam retornar outro dia, devido à indisponibilidade do dinheiro. Isso torna mais difícil a situação do agente e contribui para reduzir seu salário, já que a maioria deles não possui transporte próprio e precisa pagar caso necessite ir até a cidade. Além disso, a viagem até a cidade pode variar de 1h à 6h, enfrentando questões como a precariedade do meio de transporte. Outras dificuldades enumeradas pelos agentes foram: insuficiência de recursos enviados pela Prefeitura, não condizendo com a realidade, sobretudo geográfica, do local; inexistência de equipamentos necessários ao trabalho, faltando, uniformes²¹, meio de transporte e sombrinha²²; além da dificuldade de locomoção²³.

¹⁹ Pode-se constatar que é alto o número de pessoas sem alfabetização. Entretanto, as cartilhas a serem distribuídas possuem instruções escritas. A responsável pelos ACSs defendeu-se afirmando não existirem tantos analfabetos. Segundo ela, o que ocorre é que “as pessoas são muito humildes e lêem devagar...por isso é comum, por timidez, afirmarem não saber ler.

²⁰ Os materiais consistem, p. ex., em medicamentos de primeiros socorros, devendo ser disponibilizados aos agentes sempre que solicitados. Entretanto, na prática não é o que ocorre. A falta de materiais é algo “comum” na cidade e ocorre, até mesmo, no hospital e postos de saúde. Na ocasião da pesquisa de campo o hospital estava com seu estoque de medicamentos escasso. De acordo com a enfermeira, algumas cirurgias seriam canceladas por falta de anestésicos que só chegariam à cidade cerca de 5 dias após o previsto. No caso específico do hospital, o barco que transportava os materiais foi impedido de prosseguir viagem. A Capitania dos Portos, responsável por fiscalizar as embarcações, não permitiu que a viagem prosseguisse até que o barco fosse regularizado.

²¹ De acordo com os agentes, a falta de uniformes dificulta o trabalho por não haver uma padronização, aumentando a resistência das famílias em recebê-los em suas casas, diferente dos médicos, que utilizam roupas brancas e são de fácil identificação. A idéia principal da criação dos ACSs é que alguém da própria comunidade, possa ser o grande propagador e colaborador da consciência higiênico-sanitária e ambiental. Entretanto, quando nos deparamos com a peculiar realidade dos rios e a distância entre as casas, percebemos que nem sempre essa familiaridade e proximidade se verifica na prática.

²² Os ACSs não recebem nenhum tipo de auxílio por parte do governo para realizar as visitas às casas, apenas o salário mensal. Caso não possuam barco próprio, por exemplo, é necessário pedir emprestado.

²³ Os agentes de saúde precisam enfrentar qualquer tipo de clima, sol ou chuva, para ir até as casas. O fato dos barcos utilizados serem a remo dificulta ainda mais o trabalho, tornando-o mais demorado, além de ser comum os barcos alagarem ou virarem.

Em relação ao tratamento de água, a cidade possui, há cerca de 20 anos, uma Central de Tratamento, a COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará). A água que abastece a cidade é retirada de dois poços artesianos e passa apenas por um processo de filtração. Durante esse processo não é colocado nenhum tipo de cloro ou outro produto que ajude na limpeza da água, apesar de, segundo um funcionário, existir planos para que esse tipo de tratamento seja feito²⁴. Quanto ao sistema de cobrança, não existe uma medição em cada casa, a fim de saber o quanto a família gastou. É feita apenas uma estimativa e a partir disso o valor a ser cobrado é fixado. Os valores podem variar de R\$9,80 à R\$25,00, de acordo com a região da cidade e o local, residência ou comércio. A taxa estipulada é cobrada mensalmente, independente da quantidade de água consumida²⁵.

Recebemos a informação de que toda a cidade possui água encanada. Entretanto, em muitos lugares a água não chega e em outros o encanamento encontra-se quebrado. Além disso, na época da visita, a empresa estava com uma de suas bombas quebradas, deixando de fornecer água a uma parte da cidade. A reposição do equipamento ainda não havia sido realizada devido ao seu elevado custo, cerca de R\$ 40 mil.

Uma das instituições que possui forte atuação no município é a Igreja Católica, por meio da Pastoral da Criança. A pastoral trabalha com a família, acompanhando desde gestantes, através do pré-natal, até as crianças. Auxilia no combate à desnutrição, ensinando a mãe a cuidar dos filhos, levando informações de higiene e saúde, e instruindo como fazer o soro caseiro. A Pastoral enfrenta problemas como falta de voluntários, inexistência de parceria com a Prefeitura e limitação de recursos financeiros - o que impossibilita sua atuação em todas as comunidades do município.

2.6) Município de Santarém: o foco na Educação e a realidade ribeirinha

O município de Santarém localiza-se a 1.369 km de Belém e fica na região oeste do estado. São 274.285 habitantes²⁶ que se dedicam, principalmente, à agropecuária, com destaque à soja e aos bovinos. Vê-se na cidade uma estrutura portuária, o que indica grande tendência à exportação da produção em geral e uma economia mais dinâmica. Neste município, o enfoque foi dado à Educação, em razão dos projetos reconhecidos regional, nacional e internacionalmente.

A cidade é formada por três realidades distintas: a ribeirinha, a de várzea e a urbana, fato que requer dos gestores da cidade políticas diferenciadas no tocante à garantia do acesso à educação, bem como a garantia à qualidade no ensino. São 450 escolas municipais, sendo apenas 50 na área urbana, ou seja, nas localidades com ausência de rios e igarapés. O grande número de escolas no interior deve-se à distância da comunidade às escolas, sendo necessária a criação de novas pequenas escolas, na maioria multiseriadas, para que as crianças e os jovens não tenham que percorrer grandes distâncias.

Além da peculiaridade territorial há escolas e comunidades reconhecidas quilombolas e indígenas. Para atingir um status de escola quilombola ou escola indígena a comunidade deve primeiramente se reconhecer como tal. Em Santarém, há 10 escolas reconhecidas quilombolas e 2 em processo de reconhecimento. Procura-se nessas escolas resgatar os valores e as culturas afro-descendente e indígena. A prefeitura preocupa-se com essa questão e tem, dentro da Secretaria de Educação, coordenadorias indígenas e afro-descendentes. Entretanto, em visita à escola indígena no distrito de Alter do Chão, não foi possível perceber diferenças em relação às demais escolas visitadas em outros municípios, embora a diretora da escola afirme que há projetos para que o currículo seja reformulado.

²⁴ A filtração não é suficiente para eliminar todas as impurezas da água. Outro sério problema surge com as chuvas. No verão, época em que a chuva se torna freqüente, grande parte da cidade alaga e, dentre outros lugares, a água invade o cemitério, contaminando o lençol freático.

²⁵ Ninguém soube explicar a razão para esse procedimento.

²⁶ Fonte: IBGE (2007)

A principal diferença existente está no valor repassado pelo governo federal para a merenda escolar, que em escolas indígenas e quilombolas é duas vezes maior (R\$ 0,44 em contrapartida aos R\$ 0,22 das demais escolas). Essa diferença deve-se, na interpretação da secretária da educação do município, ao fato de que o governo “reconhece uma dívida social para com essas duas etnias”.

Santarém foi recentemente premiada e reconhecida pelos seus esforços no tocante à Educação. Destaca-se entre os projetos visitados a recém inaugurada Escola da Floresta, que tem o objetivo de promover a educação e conscientização ambiental, além do conhecimento das raízes indígenas e seringueiras. A Escola da Floresta localiza-se perto de Alter do Chão e recebe os alunos da rede municipal da área urbana das 8h00 às 16h00. Neste período, as crianças visitam a casa do seringueiro, onde conhecem como era a vida das pessoas que se dedicavam à extração do leite da seringueira e à produção da borracha, a estrutura de uma produção artesanal de farinha, alimento típico da região; a horta, dentre outras atividades.

Sobre os programas da Secretaria, destaca-se o Arte na Escola da Gente que corresponde à realização de atividades extracurriculares nas escolas municipais da zona urbana. É interessante mencionar que a idealizadora do projeto é a própria secretária, professora da UFPA que chegou à proposta desse projeto por meio de uma pesquisa sobre a violência nas escolas. O projeto consiste na promoção de cursos de 12 modalidades distintas, como por exemplo: artes, música, dança, entre outros; a maioria com enfoque na cultura regional. Na cidade, a oficina tem duração de 2 a 4 meses e é marcada por aulas semanais. No interior, a ação é dada por caravanas que ficam o final de semana na comunidade. Lá as oficinas ocorrem em período integral no primeiro dia e a apresentação de resultados ocorre no 2º dia. Esta iniciativa da realização de caravanas já conseguiu vários prêmios estaduais e federais, como o “Selo de Cultura Viva” do Ministério da Cultura.

A equipe do projeto é formada por 22 arte-educadores os quais passam por capacitação duas vezes por ano: em janeiro e julho. Na capacitação são trabalhadas modalidades específicas além de ser delineado o planejamento dos projetos a serem implementados. A seleção para beneficiários do projeto é realizada pela direção da escola, que faz a triagem, estabelecendo o interesse da criança como fator a ser priorizado. Como a procura é maior que as vagas oferecidas, alguns professores que oferecem oficinas abertas (ex: balé), sem número máximo de alunos.

O projeto “Casinha da Leitura” trata-se de bibliotecas itinerantes. Foi criado em 2000 como uma ação pontual de um professor em uma escola e em 2005 o projeto expandiu-se, estando hoje presente em 42 escolas, com a meta de alcançar outras 40 que em agosto de 2008. Seu objetivo é trabalhar com o lúdico, por meio de um arquivo de 150 livros, além de materiais como fantoches, cortina para teatro e CDs com músicas e histórias infantis. Para que a escola receba o projeto ela precisa ter pelo menos um professor que tenha realizado o curso de capacitação, para que se garanta um acompanhamento pedagógico. As escolas emitem relatórios bimestrais sobre o andamento do projeto, que vêm revelando aumento do índice de aprovação e diminuição da evasão escolar.

Para contrapor à prevalência da Casinha da Leitura em escolas da zona urbana, a Secretaria realiza caravanas às escolas rurais com uma equipe de 6 pessoas, revezando-se entre 1 mês na área urbana e 2 meses na área rural, permanecendo 2 dias em cada localidade. O objetivo é, além da realização de atividades lúdicas com os alunos, a formação de funcionários da escola - professores, porteiros, serventes etc. – na metodologia do programa²⁷. Há ainda os projetos da ONG paulistana “Expedição Vagalume” cuja ação é, da mesma forma, voltada ao incentivo à leitura. O formato desta ação é muito semelhante e a ONG atua em outros 22 municípios da Amazônia Legal.

²⁷ A UFPA surgiu com uma demanda para que os capacitadores desse projeto ministrassem um mini-curso para os alunos de pedagogia e letras. Além disso, este projeto abrange um programa de estágio com a ULBRA. São de 10 a 15 acadêmicos que trabalham durante um semestre como contadores de história.

O Pró-letramento, iniciativa do MEC, é realizado também na cidade de Santarém. Trata-se de um programa de formação continuada de professores, para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. A ação é uma parceria com a UNICAMP, na área da alfabetização e Linguagem, e com a UFPA, na área da Matemática, contando ainda com apoio dos governos Estadual e Municipal.

Há ainda, ações que ultrapassam o foco em educação, mas que vêm gerando repercussão não só na vida das crianças e adolescentes, mas também na vida de todo santareno. É o caso dos projetos de esporte e lazer, organizados na zona urbana da cidade, em 19 núcleos, onde são realizadas atividades como coral e música, por exemplo. Pode-se perceber, em razão dos projetos visitados, que há uma estreita relação da cidade com a música.

Destacou-se o apreço pelas Bandas Marciais, que em breve receberão apoio da Prefeitura com a implementação, nas escolas, de um projeto de educação musical. O projeto encontra-se em estágio inicial, com dificuldades de espaço e de instrumentos, mas os primeiros resultados já mostram que dos 70 alunos integrantes da banda, nenhum sofreu repetência. Bandas surgem como alternativa para o tempo livre do aluno, buscando diminuir a possibilidade de envolvimento com as gangues e drogas - problemas que se disseminam no município.

Outro projeto interessante é o Rádio pela Educação, cuja atuação visa estimular a formação de crianças e adolescentes. É um programa educativo que introduz várias temáticas ligadas à cidadania: educação ambiental, questões de gênero e os direitos da criança e do adolescente. A dinâmica do projeto consiste no seguinte: as aulas são interrompidas no momento em que começa a transmissão do programa, para que os alunos escutem a rádio e depois realizem atividades com os temas abordados nos programas. Essas atividades têm sempre o respaldo dos professores que são orientados para conduzir a atividade. O programa atende, majoritariamente, alunos de 1ª a 4ª séries e tem como objetivo, nas palavras da coordenadora “enxergar a comunidade deles através do olhar deles”.

No início de cada ano há capacitação para professores e apresentação do guia pedagógico. “Como trabalhar a educação a partir dos instrumentos de educação que temos disponíveis?”. O programa já recebeu premiação nacional em 2002 e 2003, do UNICEF. Trata-se de um projeto muito importante para as crianças, pois escutar a própria voz na rádio e ser referência na comunidade fortalece a auto-estima e as valoriza perante a comunidade.

Sobre as ações da sociedade civil uma iniciativa que vem mobilizando cada vez mais pessoas é o Projeto Puraqué, que teve como objetivo inicial promover uma transformação no mundo dos jovens que viviam na realidade das gangues, por meio de sua inclusão no mundo digital. O nome Puraqué – nome de um peixe elétrico tipicamente amazônico – revela a idéia de que os jovens passem a dar “choques de conhecimento” na população local.

O portfólio do Puraqué compreende curso de informática básica em software livre, curso avançado de editoração eletrônica em software livre, oficinas de áudio, vídeo, gráfico e metareciclagem. Atualmente o Puraqué está em 6 outros municípios, contando com 13 colaboradores voluntários, que mantêm o projeto. Existem planos de se criar um núcleo tecnológico de software livre com a chegada da banda larga na cidade. “A gente quer ensinar a galera a programar”, disse o coordenador. “Com programação eles poderão trabalhar em qualquer lugar no Brasil e no mundo e não precisa sair de Santarém”, complementa. Apesar das perspectivas para o futuro o idealizador do projeto fez um desabafo de que eles investem tempo e dinheiro nos meninos e depois encontram eles “batendo palmas em frente às barracas de roupa”.

Apesar de mais 3000 pessoas terem passado por lá, são poucas as que conseguiram trabalhar com isso depois. Uma possibilidade que se apresenta é o projeto “REDE ESCOLAR DE INCLUSÃO DIGITAL”, em parceria com a secretaria de educação, que pretende contratar os jovens que passaram pelo Puraqué para ministrar as aulas de informática nas escolas.

3) As Crianças, Adolescentes e seus Direitos

Nesta seção faremos uma abordagem na garantia de direitos por parte das crianças e adolescentes. Os tópicos foram divididos em duas grandes temáticas: “Saúde Ambiental: o convívio na realidade das águas, o saneamento básico e as condições de saúde” e “Um retrato do desenvolvimento: o Bolsa-Família, as dificuldades no acesso e os avanços na Educação”. No primeiro tópico serão analisadas as condições observadas no tocante a água e saneamento básico e suas implicações na saúde pública. No segundo, abordam-se fatores que impulsionam o desenvolvimento da região, sejam estas políticas educacionais ou econômicas, que vem sendo implementadas.

3.1) Saúde Ambiental: as diversas faces da água, o saneamento básico e as condições de saúde.

Como já foi mencionada, a situação da região Amazônica, assim como de seus moradores, encontra-se bastante vulnerável. De forma semelhante, a criança e o adolescente desta região também têm se deparado com diversos desafios que influenciam negativamente no seu crescimento e desenvolvimento. A taxa de mortalidade infantil da Amazônia Legal foi de 24,03% em 2005 (UNICEF/Datasus), contra 22,5% no Brasil (Secretaria de Vigilância em Saúde, 2004). A porcentagem da população de 0 a 17 anos da Amazônia Legal que vive em famílias com renda mensal per capita até meio salário mínimo foi de 63,2% em 2006, enquanto essa mesma taxa em relação ao Brasil apresentou um índice de 50,28% (UNICEF/PNAD). Pode-se notar, por meio desses dados, que a região tem muitos desafios a enfrentar, no que se refere à qualidade de vida de suas crianças e adolescentes. O que agrava a situação é o fato de que os indicadores oficiais não retratam fielmente a realidade, devido a questões como o sub-registro. Os inúmeros casos de crianças sem registro são comuns em todo o Estado e dificultam a identificação de doenças, mortes e analfabetismo pelas estatísticas oficiais.

No Pará, um dos nove estados pertencentes à Amazônia Legal, problemas como os apresentados também são frequentes e, assim como em outros locais, muitas vezes esbarram em questões políticas, impedindo que sejam solucionados. No decorrer da pesquisa foi possível comprovar que em cidades como Santarém, onde os 3 níveis de governos - municipal, estadual e federal – estão sob a égida de um mesmo partido político, há maior facilidade na obtenção de recursos financeiros e implementação de políticas públicas. Diferentemente de Limoeiro do Ajuru, onde, segundo gestores municipais, a falta de alinhamento político com os governos estadual e federal dificulta a captação de recursos financeiros para a cidade.

Embora a cidade de Belém apresente um dos melhores IDHs da região, nos últimos meses ela enfrentou um sério problema na área de saúde pública, com a morte de mais de 100 recém nascidos na Santa Casa. Pôde-se perceber que mesmo na cidade mais estruturada da região – capital do estado e pólo de uma série de serviços públicos - há muitos problemas de acesso e qualidade nos serviços de saúde como, por exemplo, superlotação dos hospitais, falta de médicos e de equipamentos. A administração do hospital explicou a situação alegando que a Santa Casa atende casos graves vindos de todo o Estado, o que contribui para o aumento no número de óbitos, já que muitos pacientes não chegam a tempo de serem atendidos com eficácia²⁸.

Essa situação de precariedade na saúde pública se torna mais frequente e comum na medida em que se verifica a situação de municípios e localidades mais afastadas, onde os hospitais praticamente inexistem e a saúde, dependendo do local, fica unicamente a cargo dos ACSs - preparados para ações de prevenção e orientação, mas não para atendimento médico especializado. Devido ao número insuficiente de médicos e enfermeiros para atender toda a população em determinadas cidades, os agentes de saúde passam a exercer as funções desses profissionais, de forma a suprir essa ausência.

²⁸ Durante o período da pesquisa de campo a situação enfrentada pela Santa Casa foi noticiada em todo o Brasil. As informações citadas neste relatório foram retiradas de jornais locais durante a visita e dos seguintes sites: <<http://www.estadao.com.br>> e <<http://g1.globo.com>>

Mesmo em cidades maiores como Capanema, localizada entre Belém e as cidades de Bragança e Salinas, é comum encontrar nas áreas de periferia muitas crianças com doenças de pele e verminoses. Em geral, o saneamento nesses locais é precário, o que torna a população, sobretudo as crianças, mais vulneráveis a doenças. Ainda em Capanema, é comum encontrar casas de taipa que podem servir de esconderijo para pequenos animais como o inseto transmissor da doença de Chagas, conhecido popularmente como “barbeiro”.

Entretanto, a cidade visitada que apresenta maior incidência de pobreza e ausência de infraestrutura na área de saúde ambiental foi Limoeiro do Ajuru. O município reflete uma situação bastante comum no Pará, onde a vida da maioria da população está completamente ligada aos rios. Na cidade, aspectos essenciais à saúde como a existência de água tratada e encanada praticamente inexistem, contribuindo para a redução da qualidade de vida de sua população.

Também não existem coleta nem tratamento de esgoto, ficando a cargo dos moradores a construção de uma fossa para o esgoto doméstico. Nessa situação, na maioria dos casos os dejetos acabam sendo eliminados no próprio rio, inclusive porque muitas casas estão construídas sobre o rio ou lugares alagadiços, impossibilitando a construção de fossas. A declaração da enfermeira do hospital da cidade resume a situação: “o saneamento básico é precário”.

Apesar do funcionário da COSANPA garantir que há coleta de lixo no município, isso ocorre apenas em alguns pontos pré-determinados. Sem coleta, o lixo se acumula em terrenos vazios e ao redor das casas. A maior concentração de resíduos encontra-se nos vãos entre uma casa e outra, o que contribui para a proliferação de animais prejudiciais à saúde, como urubus, ratos e baratas. Ainda em relação ao lixo nas ruas, pode-se dizer que foi um aspecto que se revelou bastante comum nas cidades visitadas. A explicação que nos foi dada por uma gestora é que o povo paraense continua, assim como os índios, jogando resíduos no chão. Entretanto, atualmente grande parte desses resíduos não são produtos orgânicos e não se desfazem naturalmente, existindo uma grande quantidade de produtos não biodegradáveis acumulando-se pelas ruas e pelos rios.

Por essas razões, verificou-se que a água é um fator que está extremamente relacionado à disseminação de determinadas doenças. Em Limoeiro do Ajuru, mesmo existindo um sistema de tratamento de água, ele só atende a uma parte da população da cidade. A maioria da população utiliza a água diretamente do rio, sobretudo os moradores da área rural. Em geral, o tratamento feito nessa água é a filtração, sendo utilizados filtros de pano apenas para retirar os resíduos sólidos da água. Apesar dos agentes comunitários de saúde recomendarem ferver e adicionar hipoclorito à água, a maioria da população não toma essas medidas, pois considera que isso altera o gosto da água e a deixa ruim para beber. O que se verifica é que o principal uso do hipoclorito não é para o tratamento da água, mas para lavar roupas.

Desta forma, a maioria da população ingere uma água contaminada o que, somado à má alimentação, contribui para uma maior incidência dos casos de gastrite, diarreia, verminoses e anemia. Além disso, são frequentes as doenças respiratórias em razão da diminuição da temperatura à noite, principalmente na área rural, onde as casas encontram-se na região de mata e praticamente dentro do rio, contribuindo para o surgimento de inúmeros casos de gripe, bronquite e asma.

Um dos aspectos comuns às 5 cidades visitadas é a quantidade significativa de mães adolescentes. Meninas com apenas 13 ou 14 anos estão engravidando, o que leva a um aumento do número de jovens fora da escola. São meninas que, dependendo do local onde moram, caso seja de difícil o acesso à cidade, acabam ficando sem acompanhamento médico e sem realizar o pré-natal. No município de Limoeiro do Ajuru foi possível presenciar um triste exemplo da dificuldade que há em determinadas regiões para se obter atendimento médico.

Uma jovem com cerca de 7 meses de gravidez havia sofrido uma queda dentro de casa e acabou perdendo o bebê. Por morar à beira do rio, numa localidade afastada da cidade, a jovem ficou durante 3 dias em casa, sem atendimento médico e com o bebê sem vida dentro de sua barriga.

3.2) Um retrato do desenvolvimento: O Bolsa-Família, dificuldades no acesso e avanços na Educação.

A visita de campo mostrou que não é raro perceber, nos 5 municípios visitados, que a problemática “desenvolvimento” é um desafio ser enfrentado pelo poder público no estado do Para. A partir dos dados apresentados, levanta-se um ponto fundamental observado durante a pesquisa: o impacto de políticas de transferência de renda como o Bolsa Família. Ao observar como vivem as comunidades mais pobres, foi possível entender a dinâmica sobre a qual elas se sustentam. Constatar a inexistência de uma estrutura em prol do desenvolvimento econômico em municípios como Limoeiro do Ajuru, nos fez compreender a diferença que os recursos federais fazem na vida das famílias que, em geral, não têm fonte de renda fixa.

Sobre o Bolsa Família diagnosticou-se, em conversa com os próprios munícipes, a dificuldade no acesso pleno ao benefício. A primeira consideração que nos foi feita é de que quem mais necessita, não tem acesso. São os casos de famílias ribeirinhas, com sete a oito filhos pequenos que, embora tenham feito o cadastro, não são contempladas com o repasse. A explicação da Secretária da Assistência é de que o recurso destinado a este tipo de transferência é muito aquém do número de famílias com perfil para recebê-lo, o que resulta em grande parte das famílias vivendo em completa situação de pobreza. Essa falta de acesso ao recurso interfere diretamente na garantia plena de direitos das crianças e adolescentes.

Embora existam famílias do interior contempladas com o recurso, elas não são a maioria e, aquelas que recebem, queixam-se do fato de terem que se deslocar até a cidade para a retirada do auxílio. O custo dessas viagens varia de local para local, mas, como exemplo, pode-se citar o caso de um pescador do interior de Limoeiro do Ajuru, que declarou que o gasto com a viagem para a retirada do dinheiro é de aproximadamente R\$60,00 - que pode ser maior dependendo da distância, e menor, se dividido com outros beneficiários, ou caso opte-se por uma viagem de várias horas remando. O que ele nos relatou foi que, além do transporte há o gasto com a alimentação durante o dia e também, a incerteza de o repasse estar disponível na conta. Caso o depósito não tenha sido realizado, a viagem terá sido perdida, necessitando retorno de posterior e novos gastos.

O acesso restrito aos alimentos em razão das condições financeiras tem implicações diretas na saúde das crianças, conforme já se mencionou acima. O Programa do Governo Federal trouxe resultados positivos para a região: aumento do poder de consumo das famílias beneficiadas, o aumento nos registros de crianças nascidas e também de matriculados na escola, uma vez que para se candidatarem ao recebimento dos repasses financeiros, as famílias devem estar em dia com toda a documentação e com todos os filhos na escola, com presença assídua. Não que este seja um indicador positivo no tocante à qualidade educacional, mas é com certeza, um resultado positivo para o Estado que possui um grande índice de sub-registros de crianças. Entretanto, apesar de o programa ter resultados muito positivos na melhoria das condições de vida de alguns brasileiros, é importante fazer uma observação no que diz respeito à sua sustentabilidade. Foi possível constatar muito poucas iniciativas para fomentar a geração de renda para que essas famílias não mais sejam dependentes desses recursos.

De acordo com as estatísticas apresentadas pelo IBGE, do Censo de 2000, temos que dos 4.650.075 habitantes²⁹ residentes no Pará, 72% é de baixa instrução escolar e apenas 1,89% têm mais de 15 anos de estudo. Isso significa que são poucos aqueles que têm formação universitária completa. Dados como esses podem refletir no desenvolvimento do estado, uma vez que os perfis de empregos podem ficar concentrados naqueles de baixo valor agregado, o que implica em poder de consumo reduzido e pequena alavancagem econômica.

²⁸ com mais de dez anos

No tocante à educação, a dificuldade no acesso às escolas das áreas urbanizadas tem como consequência, dentre outras coisas, as escolas multiséries. Estas surgiram como alternativa para enfrentar os desafios de distância entre as comunidades. Para que as crianças não fiquem sem acesso a Educação, há a criação de escolas nas quais, em uma mesma sala e por um mesmo professor, são ministrados conteúdos de 1º à 4º e da 5º à 8º série. No município de Santarém, por exemplo, são 400 escolas, sendo que 350 estão dispersas na área rural.

As escolas multiséries parecem estar muito aquém do modelo ideal de educação, visto as condições em que as aulas são ministradas. Para que o sistema funcionasse o professor deveria ser muito bem preparado e ter grande suporte pedagógico – o que não acontece. O que se verifica na prática são alunos com diferentes idades, aprendendo quase o mesmo conteúdo, resultando em casos de crianças de 10 e 12 anos, em disfunção idade-série e que mal sabem ler e escrever.

Além disso, constatou-se em conversa com comunidades ribeirinhas do município de Limoeiro do Ajuru, que as crianças não têm aulas todos os dias. Muitos dos professores moram na zona urbana e como a distância entre a sede do município e as comunidades ribeirinhas é grande, os professores abdicam das aulas às sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras de manhã para retornar para suas casas. Com isso, as crianças, além de sofrerem com a baixa qualidade das escolas multiseriadas, recebem menor quantidade de aulas ministradas.

Como tentativa de reverter esse quadro, iniciativas da sociedade civil merecem destaque. Temos alguns exemplos de Santarém, os quais, reconhecidos pela Secretaria de Educação foram hoje implementados como alternativa pedagógica e são incentivados pelo poder municipal, como é o caso dos projetos “Rádio pela Educação” da Rádio Rural e “Projeto Puraquê” de inclusão digital - ambos já descritos neste relatório.

Também em Santarém, foi possível ver os esforços da Prefeitura em relação à Educação. São projetos de grande abrangência e que não restringem sua atuação em uma ou outra comunidade, como foi o caso da política adotada em Capanema, com a construção de uma única escola de alto padrão, cercada por um entorno de grande pobreza e desigualdade.

Voltando ao caso de Santarém, o que foi possível verificar é uma série de programas premiados, de larga abrangência e que vem repercutindo positivamente para a cidade. Quem está por traz de todo esse avanço são pessoas engajadas na causa como a secretária Municipal de Educação, professora e pesquisadora da UFPA e que, a partir de suas pesquisas sobre violência nas escolas, idealizou programas como o “Arte na Escola da Gente”, hoje premiado nacional e reconhecido internacionalmente.

O programa vem gerando resultados, pois segundo professores, uma vez envolvidos e motivados a comparecerem às oficinas, os alunos demonstram maior comprometimento também com as questões didáticas. Resultados mais palpáveis podem ser conferidos com os números do IDEB (Índice de desenvolvimento da educação básica), que é um indicador de qualidade educacional. Santarém com índice de 3,5 para os anos iniciais do ensino fundamental e 3,7 para os anos finais (8º ou 9ºsérie) é o município melhor avaliado do estado que tem índices gerais de 2,8 e 3,1, respectivamente.

Comparando municípios diferentes, as realidades sugerem que os resultados positivos são, em grande medida, fruto da ação engajada de gestores preparados no governo municipal.

Em um dos municípios, com graves problemas na área de saúde, o Secretário, ao ser entrevistado, convocou os demais funcionários da secretaria para nos explicar sobre as ações no município porque ele mesmo não tinha as informações, pois segundo ele “meu papel aqui é só coordenar”. Percebemos assim que o sucesso de certas ações depende diretamente dos profissionais nelas envolvidos – fato que se aplica também, às ações da Agenda Criança Amazônia, nas quais as características de cada articulador parecem ter grande relevância para o sucesso do programa.

4) Considerações finais

A garantia de que as políticas públicas em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes sejam prioridade é o objetivo central da Agenda Criança Amazônia. Devido ao fato de sua implementação encontrar-se ainda no início, não foi possível obter muitas informações específicas sobre o projeto nos municípios visitados. Ao contrário, percebeu-se que muitos atores governamentais e da sociedade civil, que poderiam estar envolvidos neste processo para a melhor implementação do programa, não tinham conhecimento da existência da Agenda, nem de seu propósito.

Parte da causa deste problema parece estar na maneira setorial com que as políticas públicas são formuladas nos municípios, dificultando ações integradas entre diferentes secretarias. A função do articulador seria justamente essa, “articular” ações de diferentes setores. Entretanto, constatou-se, na maioria dos casos, que o articulador acaba restringindo sua atuação ao próprio setor ao qual está vinculado, fazendo com que servidores de outras secretarias não estejam a par da finalidade da Agenda. Observou-se, por exemplo, em mais de um município, a falta de conhecimento dos gestores da Saúde e Educação quando as ações em prol da Agenda eram coordenadas por um articulador funcionário da Assistência Social – que é normalmente identificada como a área responsável pelas políticas de criança e adolescente nos municípios.

No caso do município de Santarém, por exemplo, observou-se que uma das ações mais fortes no tocante aos direitos das crianças e adolescentes era referente à Educação. Como nos informou a articuladora do município, alguns representantes desta Secretaria participaram das capacitações, mas notou-se que a Agenda e seus objetivos não estão enraizados na cultura daqueles atores e não se percebe a Secretaria visualizando a repercussão de suas ações em nenhum dos indicadores propostos pela Agenda e nem mesmo buscando uma forma de fazer com que este trabalho seja realizado articuladamente com outras iniciativas. Por outro lado, é curioso que, apesar da Secretaria de Educação ter projetos internacionalmente reconhecidos, não seja ela a interlocutora do UNICEF no município, mas sim a área de assistência social.

Nesse sentido, o papel do articulador e sua posição institucional interferem diretamente na implementação da Agenda nas localidades. O programa e as capacitações são as mesmas para todos os 25 municípios convidados, entretanto, cidades como Capanema, por exemplo, estão à frente de outros municípios em razão do grau de mobilização que o articulador conseguiu atingir. Neste município o articulador organizou um Fórum, em fevereiro deste ano, pois visualizou neste processo uma oportunidade de integrar todas as secretarias e iniciativas da sociedade. De acordo com as próprias palavras da articuladora, retiradas da entrevista concedida à Agência UNAMA, ela disse ser incapaz de sozinha, conseguir mobilizar toda sociedade e órgãos governamentais, sendo o Fórum um mecanismo para obtenção de tal objetivo.

Além da figura do articulador, outro fator que se mostrou de extrema relevância foi a necessidade de adaptação das políticas sociais às peculiaridades da região amazônica, para que os direitos das crianças e adolescentes sejam efetivamente protegidos. A particularidade mais significativa é, sem dúvida, a enorme extensão territorial e a grande quantidade de rios. As comunidades ribeirinhas ficam longe da sede dos municípios, o que implica sérias dificuldades no acesso pleno a serviços de saúde, educação e a assistência social. Notou-se isso, por exemplo, no Programa de Agentes Comunitários de Saúde – as distâncias são tão grandes que, muitas vezes o ACS não é considerado da comunidade por parte das pessoas que atende, dificultando o acesso às casas e à confiança das famílias.

Ainda em relação à distância, outro exemplo é a efetividade da atuação dos conselhos. Quando em contato com o Conselho de Direitos de Limoeiro do Ajuru, foi nos informado que não há casos de abuso e violência à criança no município. Entretanto, percebe-se a inexistência de elo eficaz de comunicação entre as comunidades ribeirinhas e o Conselho, que tem sede na cidade. Não há luz elétrica em algumas casas, como também não há linha telefônica e sinal efetivo de celular no interior, o que dificulta a realização de denúncias. Neste caso não cabe nem a possibilidade de a

mesma ser realizada pessoalmente, visto que uma viagem interior-cidade é muito cara e, portanto, inviável às condições das comunidades ribeirinhas.

Diante do exposto, apesar de estar ainda no início, acreditamos que a Agenda Criança Amazônia é de extrema importância para as crianças e adolescentes do Pará, por atuar sobre duas questões essenciais: 1) a busca da intersetorialidade e articulação das políticas públicas, construindo uma visão integral e não fragmentada dos direitos da criança e do adolescente, principalmente a partir da figura do articulador e, 2) a articulação de ações a partir do território, reafirmando a identidade da região amazônica e procurando, a partir do conhecimento de suas necessidades específicas, propor alternativas de políticas públicas que atendam melhor à realidade ribeirinha.